



# Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

Páteo do Salema, nº 4 – 3º - 1150-062 Lisboa

☎ 21 887 38 44/ 887 48 95 ✉ 21 887 05 10

web: [www.fesaht.pt](http://www.fesaht.pt) - @ --- fesaht@fesaht.pt

## FAX



Para/To: **Comissão Parlamentar da Segurança Social e Trabalho**

Atenção de/Att:

Telefax nº 21 393 69 51

Assunto: Envio de Pareceres

Enviado por/From:

N/No 30 /16

Data: 2016-09-28

Nº Págª 5 incluindo esta (these one)

Serviço emissor: QEJ 3.5.2

**Urgente**

Exmos. Senhores,

Junto se envia em anexo ao presente, o seguinte parecer, a saber:

- ⇒ **Projecto de Lei nº 291/XIII – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança (PCP)**

Com os melhores cumprimentos,

*Revd*  
Direcção Nacional  
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE AGRICULTURA  
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, HOTELARIA E TURISMO DE PORTUGAL  
**FESAHT**  
Páteo do Salema nº 4-3º - 1150-062 LISBOA  
Telets: 21 887 3844 / 21 887 4895 - Fax: 21 887 0510  
internet: [www.fesaht.pt](http://www.fesaht.pt)  
e-mail: [fesabri@fesaht.pt](mailto:fesabri@fesaht.pt)

## APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º \_\_\_\_\_ (1.ª)

Projectos de lei n.º 291/XIII (1ª)

Identificação do sujeito ou entidade (a)

FESAHT – Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

Morada ou Sede:

Pátio do Salema, nº 4 – 3º

Local Lisboa

Código Postal 1150-062

Endereço Electrónico fesaht@fesaht.pt

Contributo:

Subscreve-se na íntegra o parecer da CGTP-IN. Folhas Anexas nº 1, 2 e 3

Data Lisboa, 28 de Setembro de 2016

Assinatura

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE AGRICULTURA  
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, HOTELARIA E TURISMO DE PORTUGAL

**FESAHT**

Pátio do Salema nº 4-3º - 1150-062 LISBOA

Telefs: 21 887 3844 / 21 887 4895 - Fax: 21 887 0510

internet: [www.fesaht.pt](http://www.fesaht.pt)

e-mail: [fesaht@fesaht.pt](mailto:fesaht@fesaht.pt)

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.

**Projeto de Lei nº 291/XIII**  
**Condições de segurança e saúde no trabalho nas forças e serviços de segurança (PCP)**

**(Separata nº 31, DAR, de 30 de julho de 2016)**

**APRECIAÇÃO DA CGTP-IN**

A CGTP-IN considera positiva e oportuna a iniciativa de proceder à regulamentação das condições de segurança e saúde no trabalho no âmbito da atividade das forças de segurança.

A prevenção dos riscos profissionais e a promoção da segurança e saúde no trabalho são um direito fundamental de todos os trabalhadores, independentemente da sua área ou setor de atividade, pelo que os agentes policiais não podem nem devem continuar a estar excluídos de proteção nesta matéria. A concretização do seu direito a trabalhar em condições de segurança e saúde contribuirá certamente para melhorar as condições de saúde físicas, mentais e sociais dos agentes das forças de segurança, com reflexos positivos no serviço público que prestam.

Neste sentido, a CGTP-IN saúda a apresentação deste projeto legislativo.

A regulamentação da promoção da segurança e saúde no trabalho nas forças e serviços de segurança reveste obviamente especificidades próprias decorrentes da atividade desenvolvida, obrigando à adaptação dos princípios e dispositivos gerais vigentes na matéria.

Esta especificidade não obsta porém a que se atenda às particularidades próprias do regime da promoção da segurança e saúde no trabalho, de modo a assegurar que os agentes das forças de segurança gozam de direitos e garantias em tudo idênticos aos dos demais trabalhadores.

Assim, tendo em vista este objetivo, a CGTP-IN considera que o presente projeto pode ser melhorado nos aspetos seguintes:

- **Artigo 5º Fiscalização e inquéritos**

Embora tendo em conta as especiais exigências e condicionalismos do trabalho policial, a CGTP-IN entende que a fiscalização e a realização de inquéritos no âmbito da SST não podem ficar circunscritos à competência da Inspeção Geral da Administração Interna, mas devem igualmente ter a intervenção de outras entidades que, pela especialização e experiência adquirida na área da segurança e saúde no trabalho, estão mais aptas a intervir neste domínio, como é o caso da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

Assim, sem prejuízo das competências próprias da Inspeção Geral da Administração Interna, entendemos que a lei deve atribuir competências próprias e específicas à

ACT na fiscalização das condições de segurança e saúde no trabalho das forças e serviços de segurança e nos inquéritos aos acidentes de trabalho.

- **Artigo 12º Representantes dos elementos policiais ou equiparados para a SST**

A CGTP-IN entende que a não atribuição de crédito de horas aos representantes dos elementos policiais para a segurança e saúde no trabalho obsta ao cabal desempenho das funções para que estes foram eleitos.

Em nosso entender, é pois indispensável que seja atribuído um crédito de horas para exercício das respetivas funções a todos os representantes eleitos dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho, sob pena de a eleição destes representantes se resumir a uma formalidade sem qualquer utilidade prática.

- **Artigo 24º Médico do trabalho**

O nº 4 deste artigo refere-se ao psicólogo clínico, mas sem fazer qualquer referência prévia à existência desta figura no âmbito dos serviços de vigilância da saúde. O tratamento da figura do psicólogo clínico deve ser idêntico ao dado ao médico do trabalho, o que implica a definição e referenciação em disposição própria.

Por outro lado, deste mesmo artigo 24º deve resultar claramente quais as responsabilidades a cargo do médico, por um lado, e do psicólogo clínico por outro.

- **Artigo 26º Vigilância da saúde**  
**Artigo 27º Exames de saúde**  
**Artigo 29º Ficha de aptidão**

Em todas estas disposições encontramos referências indiscriminadas ao médico do trabalho e ao psicólogo clínico, sem que se faça a distinção entre os papéis e funções que cada um desempenha na vigilância de saúde dos agentes policiais.

No entender da CGTP-IN, o papel e função do psicólogo clínico, bem como a sua posição no âmbito dos serviços de saúde prestados, deve ser melhor esclarecido e distinguido do desempenhado pelo médico, tendo em conta que estes papéis não são alternativos, mas sim cumulativos.

Assim, o artigo 26º devia referir claramente que a responsabilidade pela vigilância da saúde cabe ao médico do trabalho, cabendo ao psicólogo clínico a responsabilidade técnica pela avaliação psicológica.

No que respeita aos exames de saúde previstos no artigo 27º deve esclarecer-se que todos os exames referidos no nº 3 desta disposição incluem uma avaliação psicológica, da responsabilidade do psicólogo clínico.

Finalmente, relativamente à ficha de aptidão referida no artigo 29º deve prever-se que a ficha de aptidão é preenchida pelo médico e completada pelo psicólogo clínico na parte da avaliação psicológica.

27 de Setembro de 2016